

**PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL
EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA ATUAR NO MAGISTÉRIO
PÚBLICO MUNICIPAL – EDITAL Nº 02/2013**

NOME DO CANDIDATO: _____
Nº DE INSCRIÇÃO: _____

**CARGO: ESPECIALISTAS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS:
ADMINISTRADOR ESCOLAR, ORIENTADOR ESCOLAR E SUPERVISOR
ESCOLAR.**

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA ATUAR NO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL – EDITAL Nº 02/2013

**DATA REALIZAÇÃO: 06 de outubro de 2013.
8h30min às 11h30min**

ORIENTAÇÕES GERAIS

Confira se a impressão do caderno de prova está legível e com a(s) disciplina(s) que você está inscrito. Caso necessário solicite um caderno novo.

Verifique se as informações impressas no cartão-resposta estão corretas. Em caso de divergência, notifique imediatamente o fiscal.

Este caderno é composto por 30(trinta) questões objetivas de múltipla escolha, subdivididas em 5(cinco) alternativas de resposta – A, B, C, D, E – dessas, somente 1(uma) deverá ser assinalada como correta.

Procure fazer a prova com calma e atenção.

Preencha e assine corretamente o cartão-resposta, de acordo com as instruções, utilizando somente caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

O cartão-resposta não será substituído em caso de marcação errada ou rasura.

O tempo máximo de duração da prova é de 3horas, ou seja: das 8h30min às 11h30min.

Somente será permitida a sua retirada da sala após trinta minutos do início da prova.

Os dois últimos candidatos deverão permanecer em sala de aula até que todos concluem a prova e possam sair juntos.

BOA PROVA!

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: ESPECIALISTAS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS: ADMINISTRADOR ESCOLAR, ORIENTADOR ESCOLAR E SUPERVISOR ESCOLAR.

1. Salete é mãe de Maria Paula e foi solicitada a comparecer à escola para reunião com a Especialista em Assuntos Educacionais e com a professora para tratar de assuntos pedagógicos. A professora mencionou que faz muitas intervenções individuais junto à aluna e que Maria Paula tem dificuldades em compreender os conteúdos, porém é muito dedicada e sempre procura sanar suas dúvidas. A Especialista em Assuntos Educacionais explicitou a importância do acompanhamento familiar quanto às tarefas enviadas para casa e que seria muito importante que a aluna frequentasse o reforço, pois poderia avançar mais rapidamente. A mãe disse que não valoriza os estudos porque sabe que o futuro das mulheres é casar, ter filhos e dedicar-se aos afazeres domésticos. Essa fala da mãe remonta a uma época em que no Brasil as meninas eram educadas em casa a, principalmente, aprender tarefas domésticas e não tinham direito à instrução escolar. Sobre a trajetória de exclusão e inserção da mulher na educação formal, **é possível afirmar que:**

- a) no período colonial, as mulheres não podiam frequentar a educação formal e, aquelas que quisessem aprender a ler, iam aos conventos.
- b) o Brasil seguia os moldes de Portugal, e lá as mulheres não queriam trabalhar ou estudar, pois preferiam dedicar-se ao lar e à família.
- c) as mulheres começaram a ter acesso à Educação na esfera pública no Brasil somente no século XVIII. Antes, elas eram impossibilitadas de frequentar qualquer tipo de ensino formal.
- d) a escola para meninas foi aberta ainda no período colonial, quando foi criada a Lei Magna.
- e) até os anos de 1930, o Brasil era considerado um País Agrícola/Exportador de produtos agrícolas, por isso as mulheres não precisavam saber ler e escrever e nem frequentar a escola

2. Em 2010, primeiro ano de obrigatoriedade de oferta do Ensino Fundamental de 9 anos nas escolas brasileiras, Teresa foi matricular seu filho, de 6 anos, em uma escola pública e quis compreender melhor o porquê dessa nova organização da Educação, quais as vantagens da antecipação do ingresso das crianças no Ensino Fundamental e como seria o currículo e a rotina escolar a partir da mudança. Pode-se afirmar que a Especialista em Assuntos Educacionais, **com base na legislação vigente, respondeu-lhe que:**

- a) a organização do Ensino Fundamental em 5 anos iniciais e 4 anos finais surgiu a partir da observação que os alunos estavam com rendimento insatisfatório nos anos iniciais do Ensino Fundamental, principalmente na área de matemática.
- b) embora a matrícula na Educação Infantil seja obrigatória, não é foco dessa modalidade de ensino desenvolver atividades voltadas à alfabetização e, o ingresso antecipado dos alunos no Ensino Fundamental, garante que estejam alfabetizados até o final do 1º ano.
- c) a taxa de natalidade ampliou-se significativamente nos últimos anos e, assim, o número de crianças com 6 anos de idade, fase de interseção entre a Educação Infantil e Ensino Fundamental, também cresceu. As escolas de Educação Infantil tinham uma demanda muito superior à esperada e por questões político-estruturais, a alternativa mais viável era favorecer o ingresso antecipado dos alunos no Ensino Fundamental.
- d) a antecipação do convívio dos alunos no Ensino Fundamental tem o objetivo de assegurar-lhes mais oportunidades de aprendizagem, com maior qualidade, já que muitas crianças estão fora da escola na Educação Infantil.
- e) que, com um ano a mais no Ensino Fundamental, os alunos podem sanar suas dificuldades, evitar a defasagem e aprofundar seus saberes, podendo ingressar no Ensino Médio com mais qualidade.

3. A Especialista em Assuntos Educacionais de uma escola pública teve a interessante iniciativa de levar para a reunião semanal com os professores as vinte metas estabelecidas no projeto de lei do Plano Nacional de Educação (PNE) para serem atingidas até 2020. A discussão serviu para notarem que algumas metas são audaciosas para o momento enquanto outras já são atingidas na escola. Com base nas metas e nas políticas públicas, é correto afirmar que **na lista não está previsto para 2020:**

- a) aumentar o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*.
- b) ampliar o investimento público em Educação
- c) garantir, que todas as crianças sejam alfabetizadas até o final do 1º ano de escolarização.
- d) oferecer educação em tempo integral nas escolas públicas de educação básica do campo
- e) garantir de um Piso Salarial para os profissionais do Magistério

4. A professora dos 2º ano do Ensino Fundamental realiza a avaliação dos alunos da seguinte forma: leciona de acordo com seu planejamento durante todo o bimestre e, ao final, aplica uma prova individual, sem consulta e com prazo previamente definido de execução. Ao observar a recorrência de notas baixas do 2º ano e o insucesso dos alunos, a Especialista em Assuntos Educacionais propôs que a professora diversificasse a avaliação e favorecesse o conhecimento dos alunos até em momentos avaliativos. Além disso, a Especialista em Assuntos Educacionais mencionou que a avaliação também serve de parâmetro para verificar o trabalho docente – que conteúdos precisam ser melhor desenvolvidos, para que os alunos compreendam bem e o que precisa ser alterado na didática docente. Nesse sentido, sobre avaliação diagnóstica, formativa e classificatória, **é correto afirmar que:**

- a) a avaliação classificatória ou somativa não tem foco no resultado final.
- b) a avaliação formativa é aplicável apenas ao professor, o aluno não tem consciência de seu processo de aprendizagem, sobretudo quando se encontra nas séries iniciais do Ensino Fundamental.
- c) a avaliação formativa faz parte da cultura escolar, pois ao final do ano o aluno tem contato com sua nota obtida e a partir dela sabe se foi promovido para o ano seguinte ou não.
- d) a avaliação diagnóstica favorece a identificação dos conhecimentos prévios dos alunos e possibilita a reflexão do professor em relação às intervenções que devem ser feitas.
- e) não existe Legislação que oriente para a avaliação formativa/diagnóstica nas escolas públicas

5. Numa escola pública municipal, cada professor, funcionário e membro da equipe gestora atuam de modo cooperativo e em prol da educação como um todo. As tarefas são definidas, mas não há o predomínio da hierarquização. Aqueles que têm maiores habilidades em determinadas situações, lideram; a liderança não fica apenas concentrada na equipe gestora, todos assumem esse papel em algum momento.

Refletindo sobre gestão democrática e trabalho em equipe, **é correto afirmar que**

- a) o trabalho em equipe está pressuposto em qualquer atividade organizada na escola, por isso não é preciso reforçá-lo ou incentivá-lo.
- b) só é significativo o trabalho em equipe em algumas situações. Às vezes, algumas pessoas não gostam ou não trabalham bem em equipe, nesse caso, quem prefere trabalhar em equipe, pode fazê-lo e quem não gosta é melhor que não o faça para evitar desentendimentos ou conflitos.
- c) as discussões com o grupo de professores podem possibilitar trocas e reflexões interessantes e tornar o ambiente estimulante, contudo é preciso que cada um tenha suas responsabilidades e tarefas concretas e atue individualmente nas situações cotidianas.
- d) a equipe que age verdadeiramente junta ou colabora com o mesmo trabalho faz parte de um sistema coletivo e, para tal, renuncia voluntariamente parte de sua autonomia.
- e) liderança e trabalho em equipe é fruto de investimento que a escola realiza em cursos, encontros, momentos de estudos junto aos seus professores, funcionários e equipe gestora.

6. Ao final do ano letivo de 2012, todos os participantes da comunidade escolar, os professores, funcionários e a equipe gestora empenharam-se em avaliar o que foi produtivo ou eficaz durante o ano e o que precisa ser aperfeiçoado para o ano seguinte na escola. Embora essa escola seja muito elogiada pelos pais, devido ao ensino de qualidade, à organização e à limpeza, houve queixas no que se refere à comunicação com as famílias. Muitos pais desejam ter contato com os dados da aplicação de recursos, com os informes gerais, com o calendário escolar da unidade. Assim, sugeriram que essas informações estivessem dispostas em um mural visível a todos na entrada e saída dos alunos. Sobre esse assunto, **assinale a alternativa correta.**

- a) As sugestões da comunidade escolar para o ano seguinte devem fazer parte do projeto pedagógico da escola e, sobretudo, devem ser colocadas em prática.
- b) O compromisso da escola com o processo educativo deve eliminar a progressão continuada e investir nos alunos com dificuldades. Essa é a base, nenhuma avaliação institucional pode trazer resultados melhores.
- c) Permitir que a família opine sobre a escola é conferir a leigos uma grande responsabilidade. Nem tudo o que é dito pela comunidade escolar deve ser levado em consideração.
- d) Avaliar a escola cabe somente aos especialistas em educação e, principalmente, àqueles que estão diariamente em contato com os problemas que envolvem o sistema educativo.
- e) Prestar informações aos pais não está prevista na legislação educacional

7. Um Especialista em Assuntos Educacionais diz que seu dia a dia compõe-se em resolver situações emergenciais, como problemas de relacionamento entre alunos, telefonar para as famílias, cujos alunos não comparecem à escola e entregar materiais para os professores nas salas de aula. Na verdade, se houvesse a delegação de funções de uma forma mais efetiva na escola, poderiam ser priorizadas as atividades que realmente **fazem parte da rotina do Especialista em Assuntos Educacionais, como:**

- I) organizar e executar horários coletivos de trabalho pedagógico, investir em sua formação pessoal e atuar diretamente junto ao grupo de professores, observando práticas e planejamentos e qualificando o trabalho
- II) ler comunicados referentes às atividades que envolvem professores e alunos e elaborar a rotina como uma estrutura estável
- III) suprir a ausência de professores em sala de aula, assumindo a regência da sala de aula
- IV) promover o desenvolvimento profissional dos professores, suprir a ausência deles em sala de aula e ler comunicados que envolvam os professores
- V) visitar as famílias para conhecer melhor a realidade dos alunos da escola

Estão corretas as afirmações:

- a) I, III, IV e V
- b) I, II, III e IV
- c) I, II, IV e V
- d) II, III, IV e V
- e) I, II, III e V

8. Um professor acaba de ingressar na escola da rede pública municipal de ensino e solicita o Projeto Político-Pedagógico da escola ao Especialista em Assuntos Educacionais, a fim de conhecer um pouco mais sobre aquela unidade escolar. O Especialista em Assuntos Educacionais diz não saber onde está o Projeto Pedagógico e que, provavelmente, deve estar na sala do diretor, por se tratar de um “documento burocrático”. Ao falar com o diretor, ele diz que não sabe exatamente onde o documento está. **Diante das Leis que regem a Educação, pode-se afirmar que:**

- a) o Projeto Político-Pedagógico é um documento ao qual os professores têm acesso, mas sua elaboração é realizada pela Equipe Gestora, de acordo com as orientações da Secretaria Municipal de Educação.
- b) o Projeto Político-Pedagógico é realizado no ano de inauguração da escola e, nos anos posteriores, segue-se sempre o mesmo documento.
- c) todos os integrantes da escola podem ter livre acesso às normas da escola, bem como ao planejamento, aos objetivos e aos Projetos Político-Pedagógicos, que mostram a identidade da escola. Além disso, os professores, a comunidade escolar e os conselhos escolares participam da elaboração da proposta pedagógica.
- d) o Projeto Político-Pedagógico é um documento burocrático que, na prática, tem pouca utilidade. Depois de elaborado pela equipe da escola e homologado pela Secretaria Municipal de Educação, deve ser arquivado
- e) não existe recomendação legal para a elaboração do Projeto Político-Pedagógico da escola e sua disponibilidade para os professores

9. Uma professora notou que em matemática sua turma de 5º ano estava com dificuldades de realizar situações-problema e solicitou a presença do Especialista em Assuntos Educacionais para que assistisse à sua aula e lhe ajudasse a identificar que estratégias didáticas poderiam ser adotadas para favorecer a aprendizagem dos alunos. Com respaldo em seus conhecimentos de didática, após observar a aula, **o Especialista em Assuntos Educacionais, respondeu que:**

- a) é preciso aumentar a quantidade de situações-problema para serem resolvidas pelos alunos, utilizando apenas uma operação por vez, ou seja, quinze problemas que envolvam multiplicação em uma mesma aula.
- b) a Matemática não deve utilizar situações-problema, deve usar exclusivamente jogos didáticos, de preferência propostos pelos alunos.
- c) antes de resolver situações-problema, os alunos precisam familiarizar-se com as operações aritméticas de modo isolado. Quando as compreenderem bem, podem aplicá-las. Se os alunos têm dificuldades, o professor deve retomar as operações e, quando aprenderem o mecanismo operativo, estarão preparados para o próximo passo.
- d) propor situações-problema é imprescindível em todos os níveis da escolaridade, porém a Matemática não deve se limitar a isso; é necessário que os alunos também possam experimentar criar problemas e propiciar a resolução dos problemas inventados por outros colegas.
- e) se os alunos têm dificuldades, o professor deve retomar as operações e, quando aprenderem o mecanismo operativo, estarão preparados para o próximo passo.

10. Maria Carolina é uma aluna recém-ingressante no Ensino Fundamental, tem 6 anos e, segundo conversa da mãe com a Especialista em Assuntos Educacionais, aprendeu a ler e a escrever aos 3 anos de idade. Surpresa com a afirmação, a Especialista em Assuntos Educacionais transmitiu a informação à professora, que conheceria os alunos e iniciaria atividades de sondagem na semana seguinte. Após a realização das atividades diagnósticas individuais, a professora verificou que Maria Carolina já sabia escrever seu nome completo e sabia algumas palavras de memória e as escrevia convencionalmente. Ao ditar palavras menos usuais, a aluna apresentava-se na hipótese silábica com valor sonoro. Conforme a professora e a especialista já imaginavam, é bastante incomum. que uma criança aos 3 anos saiba ler e escrever convencionalmente, **pois:**

- a) aos 3 anos, as crianças ainda não estão em contato com formas escritas, veem apenas as figuras e quando observam livros fingem ler, mas não se atentam que neles há palavras.
- b) com 3 anos de idade, a criança não tem a maturação orgânica necessária para ler e escrever convencionalmente, mesmo que estimulada pelo meio.
- c) o currículo da Educação Infantil estimula apenas o brincar, não está voltado para o contato com a escrita.
- d) as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil, não orientam para a alfabetização antes dos 06 anos de idade
- e) nenhuma das alternativas responde ao enunciado da questão

11. A Especialista em Assuntos Educacionais e os professores do 1º ano do Ensino Fundamental elaboraram uma aula de história sobre família. Para isso, selecionaram uma imagem em que há um casal e dois filhos, todos sorrindo. A Especialista em Assuntos Educacionais agendou assistir à aula da professora, seguindo um cronograma regular de observação de aulas. Ao chegar à sala, viu todas as crianças dispostas em círculo, sentadas no chão, juntamente com a professora, que já iria iniciar a roda de conversa. Então, mostrou aos alunos a imagem e perguntou a eles como a família é formada. Em coro, os estudantes responderam que é composta de pai, mãe e filhos. A professora interveio questionando a importância da mãe e do pai para o lar e como os filhos precisam se comportar – serem prestativos, educados e não brigarem entre si. Finalizou-se a roda de conversa. **Pensando na formação do currículo, a aula descrita:**

- a) foi planejada adequadamente, porque os alunos de 1º ano são pequenos para compreender que a família pode ser formada de outros modos. Além disso, é importante para esta faixa etária saber que é preciso valorizar os pais e respeitá-los.
- b) não foi planejada adequadamente, porque a professora não deixou que os alunos participassem mais. Cada um poderia falar como ajuda em casa ou como trata seus pais.
- c) foi planejada adequadamente, porque os alunos estavam em círculo e não enfileirados, todos puderam ver a figura e apreender o saber que estava sendo transmitido.
- d) não foi planejada adequadamente, porque a professora não considerou que muitos alunos vivem em famílias estruturadas de outro modo.
- e) A figura utilizada transmitiu uma visão restrita de família, a condução da aula foi moralista e desviou-se do assunto principal, inibindo a participação dos alunos.

12. Uma professora atuante em uma escola pública constantemente faz consultas aos PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais e à Proposta Pedagógica da Rede para que possa desenvolver conteúdos específicos ao ano com que trabalha e promover avanços significativos junto aos alunos. Sobre os PCN, **assinale a alternativa correta:**

- a) Os PCN foram criados para serem referencial de qualidade à educação, já que se respaldam em estudos que se propõem a padronizar o ensino e o conteúdo programático nas diferentes escolas brasileiras.
- b) Os PCN retratam de forma específica o processo ensino-aprendizagem, o que torna o professor condicionado a agir de determinado modo.
- c) Com a leitura e contínua consulta dos PCN, o professor pode valer-se de orientações didáticas. A falha está em não tratar de conteúdos, objetivos e estratégias, tarefas estas que ficam a encargo exclusivo do professor.
- d) Os PCN são norteadores da ação pedagógica, são flexíveis e permitem adaptações, além de serem referencial de qualidade. Não são de uso obrigatório, apenas indicam caminhos que conduzem à aprendizagem significativa e ao direcionamento do trabalho em sala de aula nas diversas áreas do conhecimento, em uma perspectiva crítico-reflexiva.
- e) Os PCN não servem de guia para a educação básica, pois a escola deve seguir o Programa do Livro Didático.

13. Salete é mãe de Francisco e, antes de matriculá-lo na Escola Municipal, resolveu conversar com a Especialista em Assuntos Educacionais para conhecer um pouco mais sobre o projeto pedagógico da escola, compreender a organização do currículo, os espaços disponíveis na escola e a concepção de educação que norteia a prática dos profissionais que atuam na unidade. Por tratar-se de uma escola pública e Francisco ter 6 anos completos, a Especialista em Assuntos Educacionais assegurou de que a ele serão assegurados, obrigatoriamente, considerando a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, direitos como:**

- a) aperfeiçoamento da formação ética, do desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico
- b) formação básica como cidadão, por meio da aquisição de conhecimentos e habilidades, desenvolvimento de valores e atitudes
- c) ensino religioso, respeitando a diversidade religiosa do Brasil, como parte integrante da formação básica do cidadão
- d) educação física como um componente curricular obrigatório no que diz respeito à oferta pela escola e à prática pelo aluno
- e) nenhuma das afirmações desta questão está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

14. Uma professora trabalha em uma escola pública municipal há três anos e, no ano de 2012, foi atribuída a ela uma turma de 3º ano com 28 alunos, sendo que, um deles apresenta Síndrome de *Down* e está incluso na rede regular. Após sondagem diagnóstica, a professora verificou que o aluno encontra-se na hipótese pré-silábica de escrita. Já que também é o primeiro ano em que há um educando com deficiência em sua turma, a professora informou-se com o Especialista em Assuntos Educacionais sobre como proceder com o aluno quanto as intervenções e atendimentos para que possa desenvolver-se pedagogicamente. Acerca desse assunto, é possível afirmar que o Especialista, **com base na Lei de Diretrizes e Bases (art. 58 a 60 – cap. V), mencionou à professora que:**

- a) será necessário realizar adaptação curricular ao aluno e promover um atendimento educacional especializado a ele, a fim de atender às suas necessidades específicas.
- b) será preciso sempre propor a ele as mesmas atividades que são oferecidas aos demais alunos da turma para que tenha acesso ao mesmo currículo, métodos, técnicas e recursos educativos.
- c) será preciso conversar com a família para que deixe o aluno em horário reduzido no ensino regular e o matricule em instituição privada sem fins lucrativos exclusiva à educação especial.
- d) será preciso substituí-la (referindo-se à professora) por outra professora, com especialização adequada em nível médio ou superior para assumir a sala como efetiva e também atender o aluno com mais qualidade.
- e) nenhuma das afirmações desta questão esta prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

15. Uma recém-ingressante na função Especialista em Assuntos Educacionais recebeu do entre vários materiais para realizar seu trabalho, um exemplar da Constituição da República Federativa do Brasil e dedicou-se a lê-lo, iniciando pelas Seções que tratam da Educação. Sobre o Capítulo III, Seção I – Da Educação, **assinale a alternativa correta.**

- a) O Poder Público estabelece normas de funcionamento das escolas públicas, sendo que as escolas privadas são supervisionadas diretamente pelo MEC.
- b) Fortalecer todos os níveis e modalidades, dando prioridade para o ensino básico brasileiro é uma das finalidades da Educação.
- c) O Poder Público deve dispor de vagas suficientes para atender à demanda do Ensino Fundamental gratuito e obrigatório.
- d) A distribuição dos recursos públicos priorizará as necessidades do Ensino Fundamental e do Ensino Superior.
- e) cada município tem que garantir o acesso ao Ensino Superior a todos os alunos da sua rede

16. A Especialista em Assuntos Educacionais de uma escola Municipal está assessorando os professores no Projeto “Conhecendo o Estatuto da Criança e do Adolescente” e, para isso, está promovendo uma formação sobre a temática nas reuniões com o grupo. Nesses encontros, os itens do Estatuto não são apenas lidos, mas sim discutidos, contextualizados, apresentados por meio de textos complementares, vídeos, dinâmicas e outras formas de reflexão voltada ao assunto. Sobre isso, **podemos afirmar que de acordo com o Estatuto vigente, fica assegurada a criança e ao adolescente:**

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola

II - direito de ser respeitado por seus educadores

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis

V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência

São corretas as afirmações:

a) I, II e IV

b) I, II e V

c) II, III e IV

d) II, III e V

e) Todas estão corretas

17. A coordenadora pedagógica em alguns momentos depara-se com situações delicadas no seu dia-a-dia profissional, em que sua atuação na escola, juntamente com a equipe gestora e com o grupo de professores e comunidade escolar não é suficiente, pois há casos mais difíceis de serem solucionados apenas no âmbito escolar. Assim, é preciso acionar o Conselho Tutelar. A respeito desse órgão e com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, **é correto afirmar que:**

a) para candidatar-se a membro do Conselho Tutelar, não é necessário morar no município, mas é preciso ser escolhido pela comunidade local e ser maior de 21 anos.

b) o Conselho Tutelar atende pais ou responsáveis e crianças e adolescentes e faz requisição de serviços apenas na área educacional.

c) uma das atribuições do Conselho Tutelar é requisitar certidão de nascimento e de óbito de crianças e adolescentes,

d) não existe, necessariamente, um Conselho Tutelar por município. Em algumas regiões, há um único, que atende mais do que uma cidade por se tratarem de pequenas localidades que não têm tanta demanda de atendimento.

e) o Conselho Tutelar deve ser acionado, quando a família não encaminha o aluno para a escola, mesmo depois de varias tentativas feitas pela escola

18. A educação brasileira tem passado por algumas mudanças significativas. Apontamos, aqui, aquelas ocorridas no campo legal, tendo como espinha dorsal a Constituição Federal de 1988. Esta possibilitou desdobramentos legais relevantes para a educação básica que levaram, entre outras, as mudanças:

- I - na organização e estrutura curricular
- II - na sistemática de financiamento
- III - no processo de gestão dos sistemas de ensino
- IV - na ampliação do acesso à educação básica
- V - na ampliação do tempo de permanência na escola

Das afirmações desta questão, **estão corretas:**

- a) I, II, III e IV
- b) I, II, IV e V
- c) I, III, IV e V
- d) II, III, IV e V
- e) Todas as afirmações estão corretas

19. A questão do direito à educação, em termos de garantias na legislação, já não é mais a questão central, pois todos os cidadãos e todas as cidadãs têm direito à educação em qualquer tempo e idade. **Isso está claramente definido, em âmbito nacional:**

- a) no artigo 205 da Constituição Federal de 1988
- b) no artigo 24 da Lei nº 9.394/1996.
- c) também assegurado no artigo XXVI da Declaração Universal dos Direitos Humanos
- d) no artigo 13 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966, onde o Brasil é signatário
- e) nos artigos 53 e 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente

20. Na Lei 9.394/96 não está explícito o termo planejamento, mas traz conceitos associados ao mesmo. **Manifestam circunstâncias alicerçadas em atividades de planejamento:**

a) Artigo 12 – Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

b) Artigo 13 – Os docentes incumbir-se-ão de:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

c) Artigo 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

d) Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho.

e) Todas as alternativas estão corretas

21. Segundo a Lei 9394/96 – LDB, a educação básica poderá organizar-se:

- a) em séries anuais, períodos semestrais e ciclos. Não prevendo outras formas de organização
- b) em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.
- c) em séries anuais, períodos semestrais, ciclos ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.
- d) em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios.
- e) em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização.

22.O Projeto Pedagógico, se incorporado à prática dos educadores, pode constituir-se em ferramenta a serviço de uma escola aprendente e comprometida com uma educação de qualidade para todos. **Nesta perspectiva:**

- I. é um documento que define as intenções da escola, origem das grandes linhas para o Plano Escolar.
- II. é um ordenamento pedagógico, lógico e minucioso, elaborado para assegurar a continuidade do efetivo trabalho escolar.
- III. sua construção requer a organização da intencionalidade coletiva dos participantes sobre o que a escola vai fazer e como vai fazer.
- IV. é resultante de um conhecimento mínimo das condições existentes e um esforço de previsão das alterações possíveis.
- V. é um documento que diz respeito à execução das ações, e que vai se transformando no processo de implementação, após sistemáticas avaliações.

As afirmativas coerentes são:

- a) III, IV e V
- b) II, III e IV
- c) II, III e V
- d) I, II e III
- e) I, III e IV

23.Em Conselho de Classe, os professores levantaram estratégias coletivas para recuperar paralelamente e acompanhar sistematicamente o avanço dos alunos, o que **deverá ocorrer por meio de:**

- a) tarefas regulares complementares às tarefas anteriores, de complexidade gradativa, a serem realizadas no horário regular das aulas.
- b) exercícios de fixação propostos ao final de cada período de avaliação, em forma de aulas paralelas e suplementares.
- c) trabalhos de pesquisa sobre temas já abordados em aula, para serem feitos em casa, com orientações prévias, como forma de consolidar noções e conceitos.
- d) trabalhos com grupos de monitores escolhidos entre os melhores alunos, auxiliando a resolver questões com maior incidência de erros nos testes e provas.
- e) Todas as alternativas estão corretas

24. A professora Maria Tereza, que estava respondendo pela direção de uma escola municipal, juntamente com a Especialista em Assuntos Educacionais, convencidas da importância da teoria construtivista na prática escolar, determinaram que todos os professores deveriam adotá-la em sala de aula. **A decisão a que o texto se refere:**

- a) fere o princípio do pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas.
- b) contribui para o desenvolvimento de um ensino com padrão de qualidade.
- c) identifica uma prática comprometida com a gestão democrática do ensino.
- d) garante a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- e) amplia a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento.

25. O Art. 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional discorre sobre as incumbências do Corpo Docente. Algumas destas atividades encontram-se relacionadas nas alternativas abaixo, **com exceção de:**

- a) participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.
- b) elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.
- c) auxiliar a direção da escola na administração de verbas destinadas à compra de material pedagógico.
- d) zelar pela aprendizagem dos alunos.
- e) estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento.

26. A LDB, Lei n.º 9.394/96 estabeleceu como incumbência dos estabelecimentos de Ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, elaborar e executar sua proposta pedagógica. O projeto pedagógico é a própria organização do trabalho da escola respaldado em sua trajetória de experiências e fruto de uma reflexão sobre suas diversas ações. Assinale a alternativa que expressa de maneira correta a participação dos professores neste processo. **O professor:**

- a) participa neste processo de planejamento elaborando seus planos de ensino e as atividades diversas que envolvem suas turmas.
- b) participa da discussão e da reflexão sobre o rumo, a direção das questões que perpassam o dia-a-dia da escola e não participa do processo de decisão.
- c) entendendo o Projeto Pedagógico como o modo de exercer a autonomia e um momento de definição dos rumos da organização do trabalho pedagógico, participa de sua elaboração e execução.
- d) participa para conhecer a filosofia institucional pois é o projeto pedagógico que a viabiliza.
- e) toma conhecimento das concepções de ensino contidas no projeto de escola para poder adequar seu plano de ensino ao definido. Também preenche planilhas que fazem parte do documento.

27. Segundo a Lei 9394/96, no art 24º, fica estabelecido que a verificação do rendimento escolar observará:

- a) a avaliação contínua e cumulativa com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.
- b) a impossibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar.
- c) a obrigatoriedade dos estudos de recuperação no ano subsequente ao dos referidos estudos.
- d) a possibilidade de a avaliação ser baseada em momentos, tópicos com provas conteudísticas e formais.
- e) a aceleração de estudos baseado nas condições sócio-econômicas do aluno e da disponibilidade de espaço físico na classe.

28. Pensar na construção, elaboração de um Projeto Político Pedagógico para uma respectiva unidade escolar, é pensar que o mesmo será constituído através de relações democráticas, respeitando as diversidades de toda a comunidade escolar envolvida. Tendo a proposta educativa características diversas quanto à concepção de homem, modelo de sociedade, tendência e concepção pedagógica, entre outras, **é correto afirmar, exceto:**

- a) O projeto político está em permanente (re) construção.
- b) O projeto político pedagógico é o eixo estruturante e integrador de toda a atividade pedagógica escolar.
- c) O projeto político pedagógico não precisa ter pertinência histórica, nem contextualização social, pois é uma reivindicação educacional muito recente.
- d) O Projeto Político-Pedagógico, deve contemplar todas as atividades a serem desenvolvidas na escola, visando a melhora da aprendizagem dos alunos.
- e) O Projeto Político-Pedagógico, traz a concepção de mundo, sociedade e de ser humano a ser trabalhado na escola e estabelece os princípios da avaliação a ser praticada de escola

29. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei no 8.069/90 – ECA), a escola deve encaminhar denúncia ao Conselho Tutelar, quando:

- a) ela detectar a comercialização de materiais escolares ou gêneros alimentícios da merenda escolar distribuídos gratuitamente pelo poder público.
- b) os professores se ausentarem sem justificativa de suas salas de aula e nesta ausência, os alunos picharem as paredes.
- c) uma criança ou adolescente aparecer na escola com indícios de maus tratos ou se ausentarem, com frequência injustificada, das atividades escolares.
- d) crianças ou adolescentes se apresentarem trajando roupas inadequadas ou usando palavras de baixo calão, de forma agressiva aos funcionários da escola.
- e) crianças ou adolescentes em função de baixo rendimento escolar tiverem sido encaminhados para uma recuperação paralela e nela não se envolverem nas atividades propostas.

30. De acordo com o Plano de Carreira do Magistério, entre outras, são funções do Especialista em Assuntos Educacionais, **exceto:**

- a) Contribuir para que a avaliação tenha a função de informar sobre o processo pedagógico, subsidiando os profissionais da educação na revisão e na dinamização do mesmo
- b) Contribuir para que a organização das turmas e do horário escolar considere a realidade social dos educandos
- c) Promover a reflexão sobre as consequências sociais do processo de rotulação, discriminação e exclusão dos educandos por qualquer motivo;
- d) Trabalhar cooperativamente com outros profissionais e seguimentos, cujos objetivos sejam voltados para o desenvolvimento integral da criança e do adolescente;
- e) Contratar, suspender e desligar professores da escola.